



Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria de Coordenação Política e Governança Local
Gerência do Orçamento Participativo

Conselho do Orçamento Participativo



Sessão Plenária

Seção Ordinária do dia 18 de outubro de 2005.

ATA Nº 26

PAUTA: Continuação da pauta com DEMHAB

JÚLIO PUJOL (Coordenador): Estão abertos os trabalhos. A Pauta de hoje é o DEMHAB. Estão abertas as inscrições para as Comunicações. (Pausa.) Recebemos a inscrição de quatro Delegados, a Rose, o Felisberto, o Miguel Rangel e a Rosa Helena. Os Conselheiros concordam que esses Delegados se manifestem. (*Há concordância dos Conselheiros*). O primeiro inscrito é o conselheiro Gil, da Lomba do Pinheiro. **CONSELHEIRO GIL (Região Lomba do Pinheiro):** Boa noite. Volto a protestar a respeito da última reunião que tivemos com o DEMHAB, no Recreio da Divisa. Ontem, o povo esperou mas os representantes do DEMHAB não compareceram. Marcaram para sábado. Acho que não estão conhecendo a Lomba do Pinheiro, que, quando não é atendida e tem razão, costuma invadir. Então, se no sábado não for resolvido o problema segunda-feira nós iremos invadir o DEMHAB e vamos ficar lá acampados até resolver a situação. Outra reclamação, e não é do meu feitio vir para cá reclamar, ocupando o tempo, os ouvidos de vocês com reclamações. Mas, temos uma situação na Vila Alto da Colina, proximidades da Escola La Salle. Já conversamos com a Srta. Jaqueline, da SMOV, essa moça não parece que é assessora, parece que é proprietária, porque ela vai quando quer na SMOV. Então, estamos esperando ela, porque lá tem uma menina que sai de cadeira de rodas para ir até a escola, e não há condições de nem a pé se ir, o que dirá com cadeira de rodas. Então, já foi falado com essa senhorita da SMOV, que não deu retorno. Ela empurra para o FROP da Lomba do Pinheiro, para o DEP, e o DEP empurra para ela. E ali eles ficam naquele jogo de empurra, jogo de poder, e o povo tem que agüentar isso. Então, nós estamos aguardando até que resolvam aparecer lá. Muito obrigado. **CONSELHEIRA ADACLIDES (Região Restinga):** Boa noite. Primeiro, quero dizer que no PSF da Quinta Unidade estamos tendo problemas. Além de ganharmos em 2004 o gradil de lá, nós estamos com sérios problemas lá, até por não estar funcionando o conselho gestor da Quinta Unidade. O que aconteceu: um assalto, onde levaram o compressor de metal, depois tivemos outro assalto, onde levaram o material de limpeza. A Brigada foi avisada às 10 horas da noite e apareceu eram mais de 11 e tanto. Segundo, gostaria de um esclarecimento: foi criada uma comissão no CAR para trabalhar a questão de trezentas crianças, que seriam beneficiadas com o passe gratuito para ir ao parque. Só que chamaram a comissão mas eu não fui comunicada de nada. E gostaria de saber quem está formando a comissão, porque não está passando pelos Conselheiros também. E essas trezentas crianças estão divididas entre o UNIDÃO e a Pedroso. Era isso. **CONSELHEIRO AQUINO (Região Glória):** Boa noite. O Governo cometeu uma injustiça no tema **Habitação**, segundo os critérios, e o GPO se comprometeu a corrigir essa injustiça. Então, na sexta-feira, dia 10, quando fomos chamados no GPO, quero dizer que não fomos lá para votar, fomos lá para sermos consultados como Conselheiros. E como sabíamos a vontade da região nós questionamos os critérios do DEMHAB. Então, o Ricardo, que considero uma pessoa séria, ficou de ver isso. Então, na Região Glória ficou assim: 612 mil, retirando dos PIs atrasados, ficou em avaliação pelo CROP. Nós na região, no CROP, é que vamos decidir sobre isso. E também quero dizer que sexta-feira, na Câmara, estivemos lá não como apoiadores do que foi entregue lá, mas para fiscalizar o que foi entregue, e na palavra do prefeito toda essa matéria vai voltar aos FROPs, e depois ao COP para nós decidirmos. **SÍLVIA (Temática de Saúde e Assistência Social):** Boa noite. Por ser da Assistência Social trago aos senhores o que está acontecendo na Pitinga, onde têm vinte e três crianças que não conseguem comprar passagem escolar, e essas crianças estão caminhando no asfalto. E a demanda da Pitinga, desde que entrei há cinco anos no OP, é um terreno para a construção de uma escola municipal, porque já houve óbitos lá, e estamos pedindo que a Pitinga seja contemplada com o terreno. Outra coisa, o Sr. Everaldo, de outra entidade, esse é um PI de 2005, não é um PI em atraso? Então, a Pitinga fica sem escola? Vão para o asfalto

aqueles que não têm vale? E não estou tomando posição de ninguém, porque nem sequer moro na Pitinga. Estou preocupada com as crianças. Como ontem foi inaugurada a Governança Local Solidária, então eu pergunto, e o Sr. Everaldo alega que 120 mil reais não vai dar para conseguir comprar o terreno, então vamos apelar para a Governança Solidária, para completar esse dinheiro, porque queremos ver as crianças dentro da escola, em segurança. Obrigada. **CONSELHEIRA MARIBEL SANTOS (Região Centro-Sul):** Boa noite a todos. Hoje não venho reclamar, venho divulgar, porque gostaria de contar com a presença de todos na região Centro-Sul, no centro de eventos onde acontece a Festa do Pêssego, na Vila Nova, na Segunda Ação Solidária. Temos os moradores da Vila Nova, da Associação Canto Quente, Campos do Cristal, e nos reunimos e conseguimos Médicos, Dentistas, corte de cabelo, o ônibus Brincalhão, a apresentação do Corpo de Bombeiros, programa Tá no Prato, Aproveitamento de Alimentos, um teatro **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Está muito conversada a reunião. A Conselheira que está com a palavra deseja ser escutada, assim como os Conselheiros que desejam escuta-la. Sugiro que alguma reunião paralela fosse feita do lado de fora da plenária, transferindo para o corredor. **CONSELHEIRA MARIBEL SANTOS (Região Centro-Sul):** Considero isso menosprezar a minha fala e um convite que trouxe para todos. Então, temos um teatro de Educação Ambiental, doação de mudas de árvores nativas, confecção do passaporte especial do idoso, e Banda Pagode do Dorinho. Começa às 9 horas da manhã. Conseguimos isso nos unindo e pedimos o trabalho voluntário de todos esses profissionais. Deixarei com o Juninho o convite para colocar ali. Por favor, compareçam. Obrigada. **CONSELHEIRA NEIRACI (Temática de Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Quero fazer um alerta com relação ao que estamos fazendo aqui. Vimos para este fórum com as nossas convicções, com as nossas maneiras de pensar e gostaria que todos repensassem isso e respeitassem o que os outros pensam. As pessoas que vêm para cá não têm que se moldarem à maneira de algumas pessoas daqui de dentro. Temos que continuar sendo o que sempre fomos. Há pessoas que acham que, de repente, se é obrigado a fazer o que os outros querem, a votar o que os outros querem e isso não é bem assim. E não podemos esquecer que todos aqui dizem que este é um espaço democrático. Se todos fizerem o que querem e o que pensam, realmente este é um espaço democrático, do contrário para mim tem outro nome: chama-se tirania! **CONSELHEIRO JOSÉ VENTURA (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Estou aqui para dizer que não houve tumulto na creche do Barro Vermelho, mas sim na eleição que foi realizada para a presidência da associação. Foi uma eleição manipulada, de acordo com a notícia veiculada pelo Diário Gaúcho e pelo jornal que trouxe para que todos pudessem ler a última página, página 11. Aproveito o espaço para fazer um convite do CMDCA. No dia 24/10, no Santander Cultural, haverá um seminário "Dialogando com o Estatuto" para marcar o 15º aniversário do ECA. **CONSELHEIRO SÍLVIO ALEXANDRE (Região Eixo-Balthazar):** Trago ao conhecimento de todos que amanhã, dia 19 de outubro, se realizará a reunião fórum de delegados da nossa Região. Assim, solicitamos para que o pessoal da Unidade do OP nos ajude a convocar o DEMHAB. Já fizemos esta mesma solicitação na semana passada, o CAR já enviou um ofício para o DEMHAB e estou reiterando o pedido em virtude da necessidade de contarmos com a presença do pessoal daquele Departamento em função da discussão sobre a primeira demanda para o próximo ano, com a qual não concordamos, até por que não entendemos quais os critérios técnicos que foram utilizados. Em segundo lugar, também vamos discutir amanhã a questão do Centro Infantil Tia Gecy. A Região, mais uma vez, vai apontar recursos para esse Centro Infantil e aproveitamos para solicitar uma reunião com a Comissão Tripartite, a fim de podermos levar adiante essa questão. **CONSELHEIRA MARLENE (Região Restinga):** Quero me referir à reunião que houve ontem na Restinga. Na oportunidade, apresentamos à nossa plenária como havia ficado a situação do PI, pois as nossas primeiras demandas estão com problema. Achamos que é necessário discutir a questão técnica com o governo e essa reunião ficou marcada para a próxima segunda-feira. Na reunião de ontem, entrou um recurso da Pitinga, que foi aceito pela Mesa, mas não foi colocado em votação por que não sabemos se vamos discutir ainda a porcentagem que foi para os PI's atrasados – e a contestação da Região se deve exatamente a essa questão da porcentagem. Não havia cabimento colocar mais de 60 delegados a votar uma coisa que nem nós sabíamos ao certo como ficaria. A Pitinga aceitou que o recurso fosse examinado numa próxima ocasião. No entanto, ao final da reunião houve um tumulto e os trabalhos tiveram que ser encerrados antes da hora. **CONSELHEIRA MARIA DELOI (Região Nordeste):** No PI de 2006, a Nordeste priorizou Educação. Saíram R\$ 58.000,00. Por que a Noroeste, que não priorizou, saiu em primeiro lugar com R\$ 86.000,00. Quero saber de onde tiraram isso. A gente trabalha por uma coisa e o governo faz outra, dessa forma não há necessidade de estarmos aqui nem tampouco há necessidade de as regiões terem delegado algum. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Sexta-feira o governo iniciou a implantação da Governança Local em Porto Alegre. A primeira foi a Região Centro. Vários conselheiros estiveram presentes, eu também estive lá. Chamou-me a atenção o fato de que a Região Centro se sentiu satisfeita. A impressão que se tem é que a Região se sentiu contemplada! Foram apresentadas, na oportunidade, várias soluções para os problemas da Região Centro, mas o que mais me impressionou foi o fato de o Prefeito ter chamado a si a responsabilidade da construção da escola para a comunidade surda. Isso é muito bom e a

Temática de Educação, Esporte e Lazer fica satisfeita por isso. Aproveito para lembrar a todos que no próximo domingo, dia 23, na Academia da Brigada Militar, será realizada a festa de aniversário do Bairro Partenon. Também é importante o 15º aniversário do ECA, que é endossado pelo CMDCA. Vamos lá, vamos participar. Para finalizar, lembro a todos que amanhã haverá espetáculo em Porto Alegre. Todos estão convidados, joga o Sport Club Internacional contra o Boca Júniors, pela Copa Mercosul. **CONSELHEIRO MÁRIO LEITE(Região Extremo-Sul):** Quero, rapidamente, fazer uma retificação naquilo que eu disse na reunião em que estive presente a representante da Secretaria da Saúde. Na oportunidade eu referi que no Postão da Vila dos Comerciantes havia apenas um urologista. Eu estava enganado. Na realidade, não há mais nenhum, pois a única médica que havia teve problemas cardíacos e foi aposentada por invalidez. Assim, o Postão da Vila dos Comerciantes não dispõe de nenhum urologista. O paciente precisa deixar os documentos de referência no posto de saúde mais perto do seu local de moradia para que possa ser agendado um atendimento por intermédio da Central de Marcação da Secretaria da Saúde. **CONSELHEIRO PADILHA (Região Sul):** Concordo com o que disse a Dona Deloi: não dá para entender o que está acontecendo com as demandas! A gente discute uma coisa e aparece no papel algo bem diferente do que foi discutido. O Sr. Ricardo, do GPO, precisa ter muita sensibilidade pois será necessário fazer toda uma discussão na Região Sul para que possamos colocar as nossas prioridades. Atendendo a um convite do Secretário Cassiá, estivemos na SMOV. Na oportunidade o Secretário nos apresentou uma lista com 57 obras, mas para a Região Sul havia apenas uma, e mesmo assim ainda precisa ser visto se vai sair mesmo, pois se trata de uma pavimentação de trezentos e poucos metros na Vila dos Sargentos. Isso é uma coisa que está fora de discussão, está fora de tudo. Estão fazendo coisas sem o consentimento da Região e dos conselheiros. A Região Sul não vai aceitar esse tipo de coisa. **CONSELHEIRO DILMAIR (Temática de Cultura):** Boa-noite. Quero trazer ao conhecimento de todos os conselheiros desta plenária as dificuldades que enfrentamos, na semana que passou, com o Governo Municipal, na constituição da comissão organizadora da Semana da Consciência Negra. Esse evento é regido pela Lei 6986, de 1991, que no seu artigo 4º prevê que o Governo Municipal tem que constituir, em conjunto com a sociedade civil um seminário popular, do qual resultará uma comissão organizadora paritária a qual terá a incumbência de preparar a agenda e a programação. Houve uma certa dificuldade por parte do governo, no início, particularmente tomei a iniciativa de realizar uma reunião com o Secretário Proença e, a partir disso, foi possível a realização desse evento. Os órgãos governamentais envolvidos diziam desconhecer a lei e queriam atropelar o processo. Para concluir, quero mencionar o aniversário do Mercado Público, que ocorreu no dia 15. Naquela oportunidade o Grupo dos Fagundes participou e, em vista disso, gostaria de ter a informação se a participação do referido grupo foi de forma graciosa ou se recebeu algum cachê, até por que são familiares da Secretária Fagundes. **CONSELHEIRO BOA NOVA (Temática de Circulação e Transporte):** No período de Comunicações, Informes, historicamente sempre dei minhas opiniões e quando ouvi as opiniões dos demais conselheiros nunca contestei nada porque, justamente, é uma questão de opinião. Informe não se contesta! Gostaria que todos pensassem nisso, pois no momento em que eu faço um informe, uma atitude que eu tomei e o pensamento que eu emiti houve uma contestação, e isso não aceito porque não contesto os informes que aqui são feitos. Acho que esta deveria ser uma pauta nossa. Vamos debater a pauta e não os informes. Com referência a informes, quero complementar o que o companheiro Padilha referiu. Estivemos lá na SMOV com o Secretário Cassiá e me parece, companheiros do GPO, que a coisa ficou mais complicada do que já estava. O Secretário Cassiá nos informou algumas obras que não foram incluídas, e também fiquei sabendo que alguma coisa da Temática não foi para a Câmara. Eu ainda não tenho essa informação por escrito, ela nos foi passada verbalmente, mas vimos que a situação ficou complicada na medida em que foram empurrando para os conselheiros e para a Temática a resolução desse problema. Gostaria de esclarecimentos a respeito. **CONSELHEIRO MARCO ANTÔNIO (Região Nordeste):** Além do problema na Educação, a nossa demanda de Habitação foi trocada por uma outra que estava em segundo lugar. Parece que os critérios não valem mais, e sim a palavra do governo. Boletim de faltas. De quem é a responsabilidade? É do governo? Da Coordenação? Não está funcionando! E o Prefeito vai ter conhecimento disso no dia 28, na Região. **CONSELHEIRA ROSE (Temática de Cultura):** Em primeiro lugar, quero justificar a minha falta na semana passada. Eu estive acamada durante toda semana. Um outro assunto que quero abordar é que recebi das mãos do meu colega Conselheiro a lista de PI's da Cultura. Pude observar que estão faltando PI's já aprovados e discutidos com a Secretaria e que, inclusive, já tinham definido forma e critérios técnicos que seriam adotados para esses PI's. Quero informar que não vamos aceitar que seja colocado no caderno de PI's da formar como aqui está. Há, inclusive, PI's com valores superiores àqueles discutidos com a Secretaria. Já marcamos uma nova reunião com a Secretaria a fim de que consigamos rever a situação desses PI's e também dos PI's que estão faltando. Um outro assunto que quero deixar registrado diz respeito ao pagamento do salário dos oficineiros. Os oficineiros ainda não foram pagos e, por incrível que pareça, no Diário Oficial de hoje saiu uma lista de contratações, inclusive contratações que já aconteceram para o Porto Alegre Em Cena. **CONSELHEIRO JULIANO (Região Centro):** Quero dizer, como Conselheiro da Região Centro, estou

meio entristecido, assim como vários Delegados, e acredito que também os outros Conselheiros, porque demandas que foram priorizadas na região foram *garfeadas* do PI-2006. Principalmente a nossa demanda que entrou em primeiro lugar na Temática de Desenvolvimento Econômico foi *garfeada* e não aparece no PI. Isso será discutido. Amanhã teremos uma reunião com o Ricardo aqui na região Centro, e não é definitivo. Quero reforçar, como companheiro da região Centro, o que o Jakubaszko falou sobre a Governança Solidária Local, que foi implantada na região Centro. Reforço o que o Jakubaszko disse, acho que foi uma reunião muito boa, e ao contrário do que estávamos ouvindo falar, de que era uma substituição, a gente sentiu que serão agregadas forças ao orçamento participativo. Então, estão de parabéns o Governo, o Buzatto, o prefeito Fogaça. E pelo que o Fogaça falou várias comunidades da região centro foram beneficiadas, como, por exemplo, o Chocolatão, como a comunidade dos surdos, que o prefeito Fogaça disse que pessoalmente iria resolver o assunto, como os papelheiros, como o comércio informal, que ele diz que será resolvido o problema. Então, quero parabenizar o governo, porque uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa. Então, fica gravado que muitas demandas da nossa região foram *garfeadas* agora no PI-2006. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** O assunto é pesado. É árido. Não é popular. Não vai trazer popularidade a mim e nem a ninguém que aborde esse aspecto da questão, mas tem de ser abordado. Aqui é uma reunião de Conselheiros, é o Conselho do Orçamento Participativo. Volto a falar nesse assunto, e vou falar tantas vezes quantas sejam necessárias, até que as pessoas ponham nas suas cabecinhas a finalidade desta instância, desta esfera. Como começamos havia um Delegado inscrito, depois passou para dois, para três, quatro, oito, dezesseis, e assim vai, isso subverte a ordem das coisas. Compreendo a ânsia de servir, compreendo a vontade de apresentar soluções, mas eles têm a esfera deles, até chegarem por merecimento, por eleição, seja pelo que for, até por artes mágicas, chegar até aqui. Então, não se entende que as pessoas, tendo conselheiros aqui, tendo uma região onde tem coordenação, venham os delegados e à revelia da sua região, muitas vezes até à revelia do própria Conselheiro, aqui expedir opiniões e buscar soluções, quando os Conselheiros estão aqui para isso. E às vezes é pior, às vezes eles circulam aqui com abaixo-assinados, com textos, com discussões, com apartes anti-regimentais, e isso não dá, isso tem que ser revisado. Delegado é Delegado, Conselheiro é Conselheiro, e cada um tem a sua instância. Todos servindo satisfatoriamente a nossa cidade. Era isso. **DELEGADA ROSA HELENA (Região Partenon):** Gostaria de agradecer pelo espaço que me deram hoje. Tivemos a presença da Governança Local no FROP e juntamente com o Diretor do DEP, e esse Diretor nos relatou o nome de ruas que estariam para começar obras em novembro. Gostaria de um esclarecimento do Governo em relação à rua da Represa, não existe em PI nenhum, não está gravado e esse governo atual nos prometeu garantir os PIs que estão gravados. Gostaria de um esclarecimento, já que não vai sair a Chácara dos Bombeiros, para mim não tem problema nenhum, mas a rua da Represa não pode estar saindo, pois ela não está em PI nenhum, não consta em livro nenhum. Não está gravada, não foi demandada. Está bem? Era isso que gostaria de saber. **CONSELHEIRA JANE PINHEIRO (Região Partenon):** Boa noite. A delegada Rosa está falando uma coisa que não houve. Vou dizer: rua da Represa foi engano do rapaz. Eu estava na mesa coordenando, e eu não sou mal educada para dizer para o cara: “está errada a rua.” Tenho ética quando trabalho. *(Intervenção da Delegada Rosa Helena.)* Olha aqui ó Rosa: se tu era acostumada a brigar com a outra Conselheira comigo vai ser diferente. Rosa, quando tu começou no OP eu já gatinhava fazia horas. *(Intervenção da Delegada Rosa Helena.)* Não vou bater boca. Eu respeitei quando tu falou. Vamos acabar com isso aqui dentro. Acho que Conselheiros têm que se respeitar, e Delegados também. Se vocês todos e nós todos falamos que impera a democracia, quero dizer que democracia é escutar os outros, ouvir todos falarem. A gente vem aqui na frente e ficam batendo boca lá atrás. Vai ficar gravado e quero explicar: rua da Represa não está em PI nenhum. A Rosa está levantando uma polêmica na região. E isso é coisa de se discutir lá dentro do nosso conselho popular, com os outros Delegados, e não aqui. Aqui que traz as informações são os Conselheiros, porque, senão, não precisavam Conselheiros, e tudo iria ser discutido no fórum de delegados. **DELEGADO MIGUEL RANGEL (Região Restinga):** O que nos traz aqui é um pedido ao COP e à comissão de coordenação, para que aprecie, porque na nossa mesa os nossos conselheiros foram, ontem, autoritários. Porque nós, enquanto vila, tínhamos uma posição derrotada, entramos com recurso, porque isso está no Regimento não só do COP, mas no Regimento Interno da região, recorremos por escrito, e pedimos que houvesse nova votação. Como não houve pedimos a intervenção, porque se não tem mais democracia, e não se aceita mais o direito constitucional da revisão de uma votação política, comunitária, da região, ora, então temos que recorrer a uma instância maior, que são os senhores e as senhoras. E é por isso que estamos pedindo a intervenção, porque não aceitamos o autoritarismo. O autoritarismo ficou para trás, o militarismo houve em outras épocas, não agora, ainda mais numa instância como essa do Conselho do Orçamento Participativo. E dizemos mais: a Dona Marlene agora está faltando com a verdade, porque a Pitinga, se está aqui hoje, e está aqui o seu Presidente, os seus Delegados, e eu sou um deles, é exatamente porque não aceitamos a posição. E ela chegou agora e mentiu descaradamente para a cidade, dizendo que a Pitinga aceitou. Se nós aceitássemos não estaríamos aqui pedindo a vossas excelências – porque são excelências do povo – para nos

ajudarem a revisar essa questão, e o governo vai nos ajudar. **DELEGADO FELISBERTO (Região Centro):** Quero agradecer pelo espaço. E quero dizer que quando se tem algo bom para se saudar sem vem a esse microfone. Quando o prefeito assume como sua uma tarefa que deveria ser da Secretaria de Educação. Pois, o prefeito chamou para si a questão da escola dos surdos. Esse é um prefeito com palavra. Ao contrário de muita gente, do primeiro, do segundo escalão, que não cumpre com aquilo que é tratado. Então, isso tem de ser dito. Então, não adianta tacharem alguém como petista, rotular. O que tem de ser dito será dito, queiram ou não queiram. E se os Delegados vêm aqui é porque pode haver manipulação. E isso nós estamos acabando de ver aqui hoje. Então, falam que os Delegados não devem vir aqui. Quero dizer o seguinte, quero parabenizar a instalação da Governança Solidária no Centro, que espero não fique na primeira, e que resolva aquilo para o que não se tiver recurso para resolver. E para finalizar quero agradecer ao prefeito Fogaça, por assumir como demanda sua e como prioridade da região, respeitando a Educação e a Região. Obrigado. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** A Conselheira Marlene solicita direito de resposta em função da manifestação do delegado da região Restinga. **CONSELHEIRA MARLENE (Região Restinga):** Eu fui chamada de mentirosa aqui. Eu não costumo mentir. Por isso não houve a votação ontem na região, porque dissemos que teríamos que chamar o governo para discussão. E é isso que vamos fazer na próxima segunda-feira. O Seu Moacir foi até a mesa e concordou que ficasse para segunda-feira, e ele está presente aqui e é o presidente da Associação. Então, não aceito que se venha aqui nesse microfone me chamar de mentirosa. Vim comunicar a essa plenária o que estava acontecendo na região, porque a gente sempre coloca os problemas da região aqui. É isso. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Temos alguns encaminhamentos da coordenação. Temos para votar a proposta da coordenação do COP para o calendário para as três reuniões que ainda faltam no mês de outubro, dias 20 (Educação), 25 (Programa Viva o Centro) e 27 (Reunião de Conselheiros). Esta é a proposta que tiramos na Coordenação. Se quiserem podem apresentar outras. (Várias manifestações fora do microfone) **JANE BROCHADO (Região Partenon):** E o PI que foi entregue lá na Câmara e que tinha que voltar para que pudéssemos analisá-lo, quando é que vamos estudar isso? Em dezembro? **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** O PI, de acordo com informações que me estão sendo passadas pelo Ervino, talvez tenha que ser discutido nas regiões. Podemos deixar essa agenda em aberto. Se houver a possibilidade de o GPO discutir o PI, alteramos o calendário e colocamos o GPO. **CONSELHEIRO BOA NOVA (Temática de Circulação e Transporte) (Questão de Ordem):** Quero saber se há alguma proposta alternativa. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Por três vezes consultamos o plenário para saber se havia alguma outra proposta. **CONSELHEIRO ERVINO (Região Noroeste):** A Região Noroeste já agendou a data do dia 26 para discutir com o GPO. Então, as outras regiões têm que marcar uma data com o GPO para que ele possa apresentar para os delegados o que está contido neste documento. (Mostra o documento). Ainda está faltando a outra folha que é do encaminhamento das demandas antigas. (Manifestações de diversos conselheiros (as) fora do microfone dizendo que não receberam o documento). **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Segundo informações do Marco, do GPO, esse documento será discutido nas regiões. A proposta de calendário que temos é: **20/10 – Educação; 25/10 – Viva o Centro e 27/10 – Reunião de Conselheiros.** **CONSELHEIRA JANE BROCHADO (Região Partenon):** Proponho que no dia 25 se discuta com o GPO o Plano de Investimentos, porque o Partenon recebeu uma folha com as demandas de Educação, não sabemos onde estão as demandas atrasadas, onde foi parar o restante, não sabemos nada. Recebemos uma folhinha com apenas duas linhas escritas. Gostaríamos de um esclarecimento, pois precisamos, depois, discutir com a Região. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** A minha proposta é trocar o Viva o Centro por qualquer outro tema, seja Educação, Saúde, etc. Por que Viva o Centro? Por que não Viva o Partenon ou Viva a Cruzeiro ou Extremo-Sul? Por quê? **CONSELHEIRO EVARISTO (Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo):** Gostaria de manter o Viva o Centro porque temos negociado com vários segmentos do Governo para que se consiga, inclusive, manter a segurança no Centro, porque o Centro está abandonado. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Não estamos fazendo defesa de propostas. Peço que se manifeste apenas quem tiver proposta diferenciada para apresentar. **CONSELHEIRO MARCO ANTÔNIO (Região Nordeste)** A minha proposta é discutir o Shopping Popular e não ficar só na promessa. **CONSELHEIRO PAULINHO (Região Eixo-Balthazar):** Sei que Educação é importante, mas creio que há coisa mais importante para se discutir no dia 20. Gostaria de solicitar que tivéssemos esclarecimentos a respeito dos critérios que foram adotados para viabilizar ou inviabilizar as obras, a fim de que, unidos dessas informações, no dia 20, possamos ir às regiões levar essas informações para os delegados e para a comunidade. Se formos para as regiões sem entendermos porque foram ou não foram aprovadas as demandas, vai ficar difícil. Assim proponho que se troque Educação pelo GPO. **CONSELHEIRA ADACLIDES (Região Restinga):** Proponho que dentro do Viva o Centro seja discutida a questão do transporte. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Será discutido o transporte, o comércio, ambulantes, restauração dos prédios, etc. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer) (Esclarecimento):** A Educação não abre mão dessa sugestão. É uma prioridade, é a segunda em Porto Alegre. No máximo, poderíamos ceder um tempo para o governo a fim de que possa discutir, agora, temos que priorizar Educação, a Habitação está

aqui. **MARCO (GPO):** Boa-noite. O GPO se coloca à inteira disposição de vocês, a qualquer dia. Com relação ao que o Paulinho falou, os critérios de inviabilidade não são do GPO, mas sim das secretarias. O Partenon falou que ainda não teve acesso ao PI. Pois bem, podemos marcar um dia para que vocês venham até o GPO, para discutirmos esse assunto. O GPO, agora, está indo às regiões, por isso entendo desaconselhável realizarmos essa reunião aqui, para tentarmos explicar o porquê das inviabilidades. **CONSELHEIRO DILMAIR (Temática de Cultura)(Esclarecimento):** Na verdade tenho que concordar com o Marco quanto ao que foi colocado. Na verdade, é isso que resulta votarmos, às vezes, na emoção, sem nos darmos conta do que realmente estamos fazendo. E foi o que aconteceu numa das reuniões anteriores, nós votamos o encaminhamento da matéria para a Câmara, sem saber o que estávamos votando. Na verdade, essa prerrogativa é do GPO, é ele quem tem que dar explicação para os delegados nas regiões, não aqui no Conselho. Com relação à proposta que está apresentada, concordo com o Conselheiro Jakubaszko no sentido de mantermos as prioridades. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Temos a proposta da Coordenação: **20/10 – Educação; 25/10 – Viva o Centro; 27/10 – Reunião de Conselheiros.** Há uma outra proposta: **20/10 – Educação; 25/10 – GPO; 27/10 – Reunião de Conselheiros.** Temos, ainda, uma terceira proposta que propõe: **20/10 – GPO.** Em votação a proposta de nº 1, da Coordenação. Os conselheiros que a aprovam se manifestem levantando a mão. (Pausa) **34 votos SIM.** Em votação a proposta nº 2 que sugere o GPO no dia 25/10 e mantém o restante. Os conselheiros que a aprovam se manifestem levantando a mão. (Pausa). **4 votos SIM.** Em votação a proposta nº 3 que sugere para o dia 20/10 o GPO. Os conselheiros que a aprovam se manifestem levantando o braço. (Pausa). (Não foi dito o resultado) **Venceu a proposta nº 1, da Coordenação. CONSELHEIRO ERVINO (Região Noroeste):** Solicito ao Marco, que representa o GPO, para que quando forem às regiões levem os pareceres por escrito. É preciso dizer que critérios utilizaram e por que as demandas não foram aprovadas. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Temos dois informes do governo: ontem houve o FROP da região Leste, que discutiu a questão do Delegado Copinaré. A Gerência do OP se fez presente, discutindo harmonicamente com a região, e houve o entendimento de que não havia quorum na reunião para a eleição do Conselheiro Copinaré, também não foram cumpridos alguns prazos. Então, estamos refazendo o processo. Também quero dizer que foi chamada uma reunião do FROP para o dia 31, cumprindo o prazo de quinze dias para declarar a vacância do cargo. Há dois cargos de Conselheiros que estão sendo discutidos e quem quiser acompanhar no dia 31 será feita a eleição. O outro informe é que ficaram prontos os cartazes da eleição para os fóruns de planejamento, que fazem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Sugiro que cada um pegasse um cartaz, até porque isso será distribuídos pelos CAR nas escolas, nos ônibus e em outros locais. Para participar da eleição a pessoa tem que estar previamente cadastrada, comprovar que reside na região, quem não tiver conta de luz, ou outro comprovante, por ser feito através de testemunhas, ou uma declaração de próprio punho dizendo que reside naquela região. Depois disso será publicada no Diário Oficial e com prazo para impugnar algum eleitor que não seja da região. São dois dias para o credenciamento em cada região e a cada quatro credenciados dá direito a tirar um delegado, ou oito entidades. Eram esses os informes. **CONSELHEIRO NELSON (Região Leste):** Solicito a palavra para uma questão de ordem. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** A mesa entende que não é questão de ordem, até porque não foi quebrada nenhuma ordem na condução dos trabalhos. O Juninho tem informes a dar pelo governo. **JUNINHO (Secretário do COP):** A Comissão Tripartite IV, da Saúde, será instalada na terça-feira, dia 25, já foi comunicado aos conselheiros desse Conselho e também estaremos comunicando aos Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde, assim como também à Secretaria, conforme a solicitação e conforme o nosso Regimento Interno. E comunico também que, conforme o fórum da região Cruzeiro, a Sra. Lurdete pediu o seu afastamento da sua condição de Conselheira, e esse fórum escolheu o Sr. Paulo Jorge para Conselheiro desse Conselho. **CONSELHEIRO NELSON (Região Leste):** Reitero o meu pedido de questão de ordem. **JÚLIO PUJOL (Coordenador):** Questão de ordem na mesa, Nelson, por favor. *(O conselheiro Nelson intervém fora do microfone.)* A mesa mantém o entendimento de que não houve quebra na questão da ordem dos trabalhos para que seja levantada uma questão de ordem. O que aconteceu aqui foi apenas um informe. Esse é o entendimento da mesa. Vamos passar para a nossa pauta, o DEMHAB. Passo a palavra para o Severo, do DEMHAB. **SEVERO (DEMHAB):** Boa noite a todos, Conselheiros e Conselheiras. Na ordem das perguntas feitas na reunião passada: o **Conselheiro Marco Antônio** fez referência sobre qual a posição do governo em relação à área de Protásio Alves. São doze hectares na Av. Protásio Alves 10560, tinha um laudo de cobertura vegetal, havia um projeto na comissão de Urbanismo do DEMHAB para reassentar famílias das três regiões, Leste, Nordeste e Eixo Baltazar. Ou seja, a área já havia sido adquirida para essa finalidade na gestão passada, inclusive com projeto aprovado. No final do ano a área foi ocupada, e percebemos que foi uma ocupação estratégica, com caráter político, no sentido de que é uma área recortada e foi ocupada justamente por quem conhecia a área, ou seja, deveria ter acesso a essa informação. Quando do Movimento Pela Moradia foi a DEMHAB o Diretor Tessaro me chamou e eu solicitei ao Movimento que queria ir na área, sozinho, pessoalmente, para discutirmos com o Movimento dentro da área. Disseram que não podia, que o DEMHAB não precisa e que tínhamos

de aguardar um tempo. No dia 14 de fevereiro, como houve a suspensão de uma liminar, o Movimento foi até a Prefeitura e lá compareceram lideranças que se diziam autores e detentores, com as suas comunidades, daquela área. Lembro que naquela oportunidade fiz referência sobre por que não estava ali presente, por exemplo, a Dona Maria Deloí, que é Conselheira da Região? E o Movimento informou que a responsabilidade era do Movimento, e que por isso essas pessoas não estavam ali naquele momento. Então, concluindo: fizemos uma ficha de identificação, no mesmo dia, entramos na área, percebemos que havia casas guardando espaços, e posteriormente fizemos outra identificação, aí sim com as lideranças da região lá no Centro Vida. Houve um encontro dos conselheiros, alguns que estão aqui estavam lá no Colégio Anchieta, onde o Conselheiro Nelson tomou a iniciativa de buscar um abaixo-assinado condenando aquela ocupação. Agora o Movimento saiu da ocupação, surgiu uma outra comissão e essa outra comissão pediu uma audiência com o DEMHAB, chamamos as lideranças da região, onde na ata consta que o Presidente da Comissão de Habitação do Eixo Baltazar, o Cândido, afirma que a ocupação tinha a finalidade de criar confusão, de gerar problemas para a nova administração, grilagem e comércio dentro da área. A data de desocupação nós não temos definida, mas certamente vamos precisar resguardar as famílias que precisam, mas é uma definição de governo que lá não permanecerão, a não ser aquelas famílias que demandaram, da Vila Unidos, lá com a dona Neusa, do Cupinzeiro, a Laranjeira, na Leste, a Nova Tijuca e por aí sucessivamente. Então, essa é a posição. A segunda questão é com relação ao companheira **Aquino**, da Santa Clara, que fez várias intervenções, inclusive falando que “o governo recebeu oito milhões do Governo Federal.” O que existe é que não temos mais o Pró-Moradia. Temos a contrapartida do BID e do FONPLATA no PIEC. E temos recursos do PSH e da Resolução 460, que o Conselho Curador da Caixa Econômica Federal reuniu definiu recursos para esses programas, que são programas de subsídios, até 300 reais, ou seja, um salário mínimo. Então, temos, por exemplo, a Maria da Conceição, no Partenon, onde algumas pessoas não puderam, pela sua condição de miséria, de dificuldade, melhorar a sua casa, então ali entra a resolução. Para quem entra essa resolução? Para as famílias já demandadas, que os Conselheiros e Delegados apontaram anteriormente. Temos ainda alguns PSHs em andamento, é preciso dar andamento no Recreio da Divisa, estamos concluindo a infra-estrutura na Cristiano Kraemer, e provavelmente esses sejam os recursos a que o Aquino se refira, porque outra fonte de recursos não existe nesse momento. O DEMHAB vai ter aproximadamente 40 milhões para o ano que vem. Desses, uma parcela para o cooperativismo e uma parcela para investimentos. Com relação ao **Jardim Marabá**: quando ocorreu a ocupação na época os nossos companheiros da FRACAB tinham uma orientação, de transformar as ocupações em cooperativas, e o novo governo “comprou” essa proposta, ou seja, a área foi ocupada, vamos transformá-la em cooperativa. No Jardim Marabá tivemos o cuidado, há cinco anos atrás, quando se fundou a Associação, de incluir nos estatutos da Associação a fundação de uma cooperativa. O **Jardim Marabá** tem um PI anterior conquistado, a constituição da cooperativa não anula esse PI. Esta é a posição do governo. No domingo retrasado fundamos a cooperativa, com bastante consistência, com muita determinação e se as famílias permanecerem ali ou em outro local, – reassentamento, costumamos dizer, é condição de dignidade, não é expulsão – discutido o reassentamento ali a cooperativa já passa a ter algum recurso. Com relação à **Santa Clara e ao EVU**. O **Aquino** está nos trazendo mais elementos nesse sentido. É uma área do Governo do Estado, ele sabe bem porque acompanha há muitos anos e nós temos 18 áreas de domínio do Estado em Porto Alegre. O Partenon detém as maiores áreas de suas autarquias, como, por exemplo, o Ipê, naquela região próxima ao Presídio Central. **O dinheiro da Glória para a Glorinha**. Amanhã se realizará o FROP da Glória. Lá vamos poder reavaliar os critérios da Glória e da Glorinha, mais a Santa Clara e o próprio Jardim Marabá. **Os 28 lotes da Quadra B do São Guilherme**. Ali provavelmente seja com recursos próprios, em que pese o projeto urbanístico pronto e infra, mas as unidades ainda não foram construídas. **O Brizola** colocou que o governo deve utilizar também o conhecimento dos conselheiros e conselheiras sobre a sua região. Não só reconhecemos como pensamos que isso é da maior importância. Eu tenho alertado o pessoal do DEMHAB para o fato de que os agentes comunitários, as assistentes sociais, em conjunto com o CAR e o CROP têm que vir ao DEMHAB, temos que discutir tecnicamente, temos que discutir politicamente as questões e passá-las com muita clareza para os conselheiros e conselheiras tudo o que quiserem saber. Evidentemente, enfrentamos algumas dificuldades, pois, previamente, por vezes, não distribuímos uma planta para uma região. Fazemos isso com intuito de não gerar uma expectativa, mas o conselheiro tem acesso a essa planta. A gente não vai lá na região mostrar a planta sem que as pessoas já estejam demandadas para irem para aquele local porque isso tem gerado certas dificuldades com algumas pessoas na Cidade. **O Brizola** falou também nos PI's atrasados, inclusive o de 2005. Tanto 2005, como retroagindo até 1997, e excepcionalmente, um ou outro caso até 1996, porque o PI anterior ingressou neste ano de 2005. Vocês sabem que se trabalhou em 2005 o PI de 4 anos passados, como agora também será responsabilidade do novo governo o Plano de 2006 a 2009. De qualquer forma, isso sempre está em discussão e qualquer questão que os conselheiros queiram avaliar ou discutir com o DEMHAB, aqui neste fórum ou da maneira como acharem melhor, estamos à disposição e qualquer decisão, mesmo por região, passa pelo COP. **Companheiro Omar, critérios de distribuição de 2006**

confusos. Quatorze milhões para toda Cidade e 7 para as cooperativas. Tanto o companheiro Omar, como a companheira Dilecta, que estou vendo aqui, participaram conosco, na década de 80, daqueles memoráveis congressos da FRACAB e daquela conceituação que tínhamos a respeito da reforma urbana. Criamos, na época, o secretariado latino-americano, o DEMHAB, depois, foi ao Uruguai, e percebemos que a auto-gestão é mais do que uma conquista, ela é um instrumento eficiente de intervenção do cidadão que não se submete à tutela nem do poder privado nem público. O Mandela, quando esteve aqui no FSM relatou o trabalho do cooperativismo na Argélia e uma certa recuperação que houve nesse sentido. Temos outros companheiros que conhecem bastante, que lidam com o cooperativismo: o Felisberto, a Neiraci, o Padilha do Jardim das Estrelas. Na época nós defendíamos a federação. A nossa companheira Lires Marques assumiu o DEMHAB junto com o Olívio em 1989 e em 1992 se fundou o Fórum das Cooperativas, o Fórum Sindical e o CPERGS, com muita participação. Em seguida a ATEMPA, a CARRIS, a COOMETAL, o Sindicato dos Professores constituíram as primeiras cooperativas. Mas nós alertávamos que era preciso constituir cooperativa com quem não tinha contra-cheque. Na Ipê-São Borja, por exemplo, se fundou uma cooperativa em 1997. Oitocentas e sessenta e três famílias foram cadastradas lá pela Secretaria de Habitação do Estado em janeiro de 1998, onde se constituiu uma cooperativa de baixíssima renda – há gente morando em cima de palafitas – e a comunidade juntou 100 mil reais. Então, não dá para dizer que o povo não faz poupança prévia. Encontramos no DEMHAB uma inadimplência de 82%; nas cooperativas essa inadimplência não chega a 10%. As 67 cooperativas existentes em Porto Alegre reúnem aproximadamente 10 mil pessoas, grande parte em áreas de ocupação. Dessas cooperativas, algumas tiveram bom grau de organização e obtiveram recursos, cumprindo os critérios do OP e do Fórum das Cooperativas. O que o governo quer começar a discutir com os conselheiros? Primeiro, onde está o gargalo e a dificuldade dessas cooperativas. Elas estão sob litígio, com problemas, acionadas pelo Ministério Público, com processos judiciais, aguardando cumprimentos, aguardando acordos, ajustamentos; na SMAM aguardando compensação ambiental; na Secretaria do Planejamento aguardando a definição de área. Todos esses problemas fizeram com que o DEMHAB fosse procurar as cooperativas e defendesse a idéia de que a participação dentro da cooperativa é fundamental, pode publicar edital, retomar o lote – as pessoas passaram a confundir o lote com quota-parte, começaram a transformar a cooperativa num favelão e essas famílias têm uma expectativa. Vou dar um exemplo, a 4 de Julho, lá na Afonso Lourenço Mariante. São 400 famílias. Ou deixamos que a cooperativa resolva o seu problema ou assumimos – o COP, a OCDUA e a Administração – junto com essas cooperativas. Quando o Prefeito Fogaça destinou 33 milhões, não foi para brincar, é um caminho difícil, sob o ponto de vista do custo, da autogestão, da intervenção do morador, da elevação do nível de consciência, da redução da inadimplência, da diminuição da grilagem o cooperativismo dá de dez nas áreas administradas pelo DEMHAB. Esse é um divisor de água, ou seja, ou nós fortalecemos e qualificamos a cooperativa onde ela está ou essas cooperativas vão se transformar num favelão, vão descaracterizar a autogestão, vão ampliar a exploração e o Poder Público vai continuar fazendo como fez com o BNH, como fazia a COOHAB, como temos feito no país: subsidiar o financeiro. O governo não pode ser tutor da moradia, ele tem que ingressar com recurso e, dentro da administração, ajustar seus problemas para permitir que as cooperativas andem. O Padilha, lá no Jardim das Estrelas, na Juca Batista, teve enorme dificuldade à época. Todas as administrações anteriores lutaram pelo cooperativismo, e nós vamos continuar lutando. Quando se definiu os 6 milhões foi porque achávamos que não poderíamos investir muito no primeiro ano, porque temos que observar os critérios do OP e do Fórum das Cooperativas. Muitas das 67 cooperativas ainda não têm os projetos aprovados. De quem é esse problema? É mais do governo. A cooperativa foi lá e comprou uma área indevida, uma área com restrições ambientais, com problemas, mas já que a cooperativa comprou a área ela não pode ficar esperando permanentemente pelos projetos que estão na Administração. Visualizando isso, o COP aprovou aquele recurso para a regularização fundiária, para a PGM. A PGM está carente de advogado que não trate de tudo, ele tem que tratar dos gargalos, dos litígios da cooperativa. Queremos um técnico lá dentro só para isso. Aí poderíamos ter, quem sabe, não as 10 mil famílias, mas muitas mais sem tutela do DEMHAB e muito menos da empresa privada. Fizemos uma primeira análise das cooperativas e contamos com os conselheiros e conselheiras de cada região para nos ajudar a estudar, a acompanhar e a elevar o nível de consciência. Porque os conselheiros chegando com o DEMHAB, a SMAM, a PGM, a SPM, para ajudar a resolver, as comunidades vão levar um pouco mais de fé, porque muitos dirigentes dessas cooperativas são pessoas corretas, mas cansaram. Outro exemplo é a Cooperativa Clara Nunes, que foi resultado – e a Marlene sabe – da ocupação do Unidão. Então, cooperativismo é um programa de governo que não está pronto, é um programa que está sujeito às intervenções dos conselheiros e conselheiras que têm formação nessa área. Já temos uma radiografia e vamos levá-la, amanhã, na OCDUA. Ainda não havíamos comparecido, companheiro, porque estávamos aprontando essa radiografia. Primeiro lançamos porque era o dia nacional do cooperativismo, 2 de julho; fizemos um lançamento primário da posição da Administração, só agora é que ele começa a ser construído a partir desta reunião de hoje, aqui, e amanhã na OCDUA. Então, contamos, **companheiro Omar**, com a tua sensibilidade, você é uma pessoa experiente que acompanha isso há

muito tempo. Você perguntou “quais os critérios de distribuição de recursos em 200”, e diz que “estão confusos.” 14 milhões para toda cidade e 6 milhões para o cooperativismo. É porque no cooperativismo se consolida, se consagra a ocupação, eleva-se o nível de consciência, reprime-se a exploração e a especulação. E na área pública, quando vem um investimento público, todos nós aqui sabemos a dificuldade que se tem em controlar para que o companheiro permaneça onde ele mora. Uma cooperativa pode ser mista, geração de emprego e renda. Isso tem sido histórico no País, que quando se recebe um imóvel do DEMHAB temos 82% de inadimplência. E as administrações tinham uma metodologia de trabalho, uma qualidade inclusive com acúmulo de experiência também no cooperativismo, com as linhas de financiamento. Então, não vamos atribuir que essa inadimplência seja da administração anterior. Essa inadimplência é da nossa falta de cultura em trabalhar o coletivo. Essa é a questão central. E é isso que queremos resgatar com o Conselho. O **Paulinho**, do Rubem Berta, pergunta sobre “a duplicação da Baltazar, coibindo grilagem, o que é que o DEMHAB está fazendo sobre as suas casas?” Quanto à duplicação da Baltazar não tenho essa informação, Paulinho, acredito que seja duplicada, até pela disposição dos prédios e a precariedade dela. Então, solicito que os colegas da administração junto à SMOV dêem essa resposta ao companheiro. **JÚLIO PUJOL (Coordenador)**: Estou me retirando da reunião e o Juninho vai ficar na coordenação. **SEVERO (DEMHAB)**: Então, voltando à questão do **Paulinho**, sobre a grilagem: quando assumimos prevíamos três dificuldades no DEMHAB, uma é essa. As pessoas quando mudam de uma vila para outra não é crime. Mas, quando tenho uma casa na Quinta Unidade, outra no Beco Cecílio Monza, outra no Núcleo Esperança, e mais outra ali adiante, certamente essa não é ocupação, é uma apropriação, é grilagem. Então, o que fez o DEMHAB? Lançamos um edital chamado “More Legal e Fique Legal”. Criamos um cadastro provisório de observação. Qual é a finalidade desse cadastro? Estaremos, com vocês, observando permanentemente, porque havia um procedimento, um processo no DEMHAB que dizia que “é praxe desse Departamento firmar contrato com quem esteja ocupando o imóvel.” Pessoalmente, dentro do governo, discordei dessa posição e disse que isso deveria mudar. O fato de alguém estar morando no imóvel pode ser que tenha colocado o pé na porta e expulsado o morador. Então, não é porque eu ocupo o imóvel que o DEMHAB tem que formar contrato comigo. Essa não pode ser a política. Nós mudamos isso. Com o “More Legal e Fique Legal” nós estamos retomando administrativamente alguns imóveis e por ação de reintegração. Essa é a situação. Exemplo concreto é o Condomínio São Guilherme no Partenon, onde tomamos essa iniciativa, está na Diretriz 3750, no Apartamento 105, térreo. São 14 mil contratos que o DEMHAB tem, com cessão do Direito Real de Uso, alguns com permissão remunerada ou gratuita, o sujeito era notificado em casa, comparece ao DEMHAB, se verifica a situação, a Unidade de Relações Comunitárias e as assistentes sociais verificam, e se estiver tudo bem firma-se um novo contrato e se renegociam os valores da taxa anteriormente deixados de pagar. Esse programa “More Legal e Fique Legal” iniciou em 28 de fevereiro e está em andamento. Aproximadamente oito mil pessoas compareceram ao DEMHAB e firmados contratos em torno de cinco mil pessoas. Ou seja, se eu fui ao DEMHAB e disse que eu estou agora morando na casa do meu cunhado, porque ele teve de sair e não pode mais e eu preciso, se eu já estava ali há algum tempo o DEMHAB passa então a firmar um novo contrato. Estamos jogando isso no sistema para passarmos a ter controle. Quem age mal com o tempo vai para o fim da fila, fica excluído do processo. Alguns dos nossos agentes comunitários inclusive estão lá no funda da sala, o Moranguinho e a nossa companheira que lá estão são uns dos colegas do DEMHAB que costumam correr as áreas com essa finalidade. Como existe risco de agressão, pelo fato de denunciar, nós mesmos estamos tomando essas iniciativas. O companheiro **Gil**, do Recreio da Divisa: “Extrato da Caixa Federal tem 73 mil. Se a Assistente Social foi na área, se estão cadastrando as ocupações na Lomba, o aluguel da Padre Cacique?” Tivemos um FROP na Lomba, o Recreio da Divisa é uma das obras demandadas anteriormente, são famílias de outras regiões que foram para lá, ali é uma área de aproximadamente 25 hectares, divididos em três áreas, são três matrículas que temos lá, bem definida a área, e um PSH da Caixa Federal passa a ser implantado. Só que o contrato é individual com as famílias, e o **Gil** nos perguntava se poderia ser com a entidade. Não pode ser firmado, o PSH e a Resolução 460 da Caixa dizem que não pode ser firmado com entidade. É individual para que a Caixa tenha o controle, o que está absolutamente correto, é uma maneira de monitorar, porque quem estiver contrato não pode se habilitar de novo. Ou seja, os pontos são semelhantes ao “Moro e Fique Legal”. Todos aqui conhecem o PSH, a Resolução 460, que é Programa de Subsídio Habitacional, até um salário. Esses 73 mil, realmente mesmo firmado com cada família ele fica na Caixa. O DEMHAB acompanha a construção do imóvel, juntamente com o SAERGS, é um convênio firmado entre a Caixa e o DEMHAB e por decorrência o DEMHAB também substabelece ao Sindicato dos Arquitetos que assina, a ART reconhece a boa qualidade da obra, uma obra bastante simples. Como esses recursos eram do ano passado são 6 mil por família. É muito pouco. Estamos com problemas em algumas áreas por causa da autoconstrução, tentamos chamar cooperativas para executar essas obras, para gerar emprego e renda na cidade. A Assistente Social tem ido na área e temos uma reunião sábado às 13h30min., lá na Associação do Recreio da Divisa. “Aluguel na Padre Cacique”. Você está se referindo à Casa de Passagem da Padre Cacique? *(O conselheiro informa que é a respeito do prédio do DEMHAB)*. O prédio do

DEM HAB, na Princesa Izabel, é muito antigo. E ele foi-se deteriorando e o DEM HAB, em 1997, teve que vir para a Padre Cacique, e teve de pagar um aluguel alto. Conseguimos reduzir o valor do aluguel e já existe um projeto anterior, que queremos executar, onde estava o DEM HAB, na Princesa Izabel, que vocês conhecem, em frente ao DMAE. Até tenho uma satisfação muito grande, porque quando eu era menino, com seis anos de idade a primeira casa em que morei foi uma casa do DEM HAB, lá na Princesa Izabel, o meu pai, já falecido, era funcionário do DMLU. **Rosângela**, a respeito do “Humaitá-Ilhas, moradores de favor ou aluguel, papaleiros e diretriz, Ilha da Pintada e reassentamento.” Bem, os moradores de favor e aluguel, Barcelona, a Dona Lurimar, aqui da Farrapos, depois de inúmeras assembléias neste ano conseguimos firmar um acordo de que eles vão participar da compra da área. Eles têm um PI acumulado. A região também destinou um percentual para os PIs atrasados, que inclui o deles, e mais um que eles tinham agora em 2005. Então, ali eles também contribuirão com poupança prévia para a aquisição da área. Lembro até que o Felisberto sugeriu a Dona Lurimar que formasse cooperativa, e ela dizia que preferia a associação. Nós reconhecemos a condição de associação através do associativismo do Ministério das Cidades. Agora, o cooperativismo autogestionário é muito mais contundente. Então, houve uma informação que um colega nosso havia dito que “se a senhora não conseguir área a senhora ocupa tal área”. Isso não está referendado pela Administração. Não está firmado, e eu como Superintendente e o Diretor não confirmamos. Ele pode ter dito, mas é por compromisso pessoal dele. Eu estou dando a posição do governo, e a posição do governo é essa: nós reconhecemos as ocupações, no entanto nós temos a apropriação, e aí a conceituação é outra, e temos outros procedimentos. Hoje, na verdade, as ocupações estão-se descaracterizando na cidade, pelo seu grau de intervenção político, e porque não se distinguiu quem precisa morar de quem vai lá para explorar, não está havendo muito essa distinção e as coisas estão andando juntas, o que tem dificultado. “Papeleiros e diretrizes” – Temos uma reunião na ET, se não me engano na quinta-feira à noite, 18 horas, onde vai se tratar disso, do início das obras e das obras paralisadas. Estou-me referindo somente à Humaitá-Navegantes. Como o Governo encontro, e o GPO inclusive publicou com o Secretário da Fazenda, no dia 25 de julho foi distribuído um texto azul para os Conselheiros que assumiram, os novos e os antigos, com o valor do déficit de 172 milhões. Foi assim que encontramos o Governo. Mas, não vamos nos queixar disso, estamos apenas a revelar. Diante disso muitas obras que estavam inclusive listadas mas sem previsão de recursos tiveram que parar, uma delas é na Cristiano Kraemer, que é obra de infra-estrutura, com recursos próprios, porque o PSH entra depois com a casa. Como também o contrato com o FONPLATA e o BID, no valor de R\$ 55.000.000,00, em dólar, houve uma disparidade, o governo está tendo quase que pagar 2 reais por 1. Todos aqueles relatórios do social, das reuniões, das fotografias, dos projetos de acompanhamento ambiental, de geração de emprego e renda estão sendo cumpridos com dificuldade. Toda obra que estiver atrasada vai ser retomada. A expectativa - está no Diário Oficial ou num outro jornal que não me lembro, desta semana – é de se chegar ao final do ano com um déficit em torno de 64 milhões. Inicialmente o Secretário Portella, Coordenador do GPO, tinha uma expectativa de que o déficit chegaria a 100 milhões, mas reduziu para 64. Assim, quero dar uma boa notícia para os conselheiros e conselheiras, dizendo que estamos apertando o cinto para poder cumprir com o que vocês determinaram. **Ilha da Pintada, reassentamento das famílias.** A Ilha da Pintada, o Saco da Alemoa, a Ilha Grande dos Marinheiros são colônias de pescadores e desde o primeiro Plano Diretor, de 1979, já estava definida a necessidade do reassentamento daquelas famílias. Quem não lembra da criação de porcos ali na beira do rio? O pessoal lembra isso. Então, as famílias seriam reassentadas ali, mas lá também há casas boas, tem a pressão das casas boas e tem as ocupações na área marginal, que hoje é administrada pela CONCEP junto da via federal, da 290. A Ilha da Pintada está praticamente consolidada, o IPTU é cobrado desde 1990. Quanto às demais áreas, há uma pressão para a permanência das pessoas, só que os órgãos internacionais querem saber qual a nossa relação com o planeta. Como estamos tratando as ilhas, o rio, os arroios. Tudo isso é avaliado pelos consultores do BID, do Banco Mundial quando vêm aqui, inclusive o Delta do Jacuí. Estamos diante desse impasse. A **Jane** fez uma referência muito interessante. Ele disse que de 1998 a 2004 haviam sido construídas 16.147 unidades em Porto Alegre e que no Partenon foram feitas só 350 casas. Eu avaliaria assim: dessas 16.147 unidades, aproximadamente 6 mil foram feitas com recursos do Pró-Moradia. Quando o Tarso era Prefeito ele empenhou 33 milhões do Pró-Moradia. Com isso foram construídas 150 unidades na Santa Paula, 123 na Dona Teodora, 317 no Parque Santa Fé, 664 na Restinga, 589 no Chapéu do Sol, 150 na primeira e segunda fase na Cavalhada. Então, havia recurso para infra-estrutura e para unidades habitacionais, o município desapropriava e já tinha uma quantidade de terras acumuladas na Cidade. Vejam que a 5ª Unidade já estava lá, o Chapéu do Sol foi uma aquisição e por aí fora. O Partenon, na minha avaliação, Jane, está aqui o Aquino que fica próximo, é uma das regiões que tem mais áreas públicas do Estado. O Estado detém 18 áreas em Porto Alegre: começa na Bororó, lá na beira do rio, que é uma área funcional da Brigada, e ali temos a Clarel, a São Jorge, a ASCOPAR; a Chácara das Bananeiras tem 6.500 famílias; a São Judas Tadeu quase 600 famílias; a Salvador França; a São Pedro. Provavelmente, como isso estava embutido na Constituição Estadual de 89, que remetia para uma lei que mandava doar essas áreas, o Collares, quando

Governador, emitiu aquelas permissões de uso e que as pessoas iam ao cartório para averbar, mas eram apenas permissões de uso, não tinha matrícula individuada que permitisse averbar no nome das pessoas, então, Jane, o valor mais reduzido de casas – e reconhecendo a Grande São José, a Frei Germano, o Morro da Cruz, o Campo da Tuca, onde uma parte é do INSS – se deva ao fato de não existir, à época, um programa como o que a Caixa tem agora só para a construção de casas. As pessoas já moravam na Frei Germano e já tinham contrato firmado. É uma questão para ser analisada. Quero dizer aos companheiros do Partenon que estaremos lá verificando a área, até de maneira sigilosa para não alertar os grandes proprietários. Estamos utilizando o mesmo cuidado que a Administração teve quando, anteriormente, teve que desapropriar área. **Marlene, visita na Quadra B. Demandas do PI não passaram por critérios técnicos.** Sempre que houver alguma dúvida ou dificuldade poderemos retomar a discussão. Solicitamos, no entanto, que na Quadra B a nossa comissão de habitação não trate com o construtor, que é um madeireiro, pedimos que não o pressionem, pressionem então o DEMHAB! Ali é uma autoconstrução e o programa, na época, do Movimento pela Moradia não conseguiu e precisamos construir aquelas casas para que as famílias possam ser reassentadas. **Título de propriedade da Asa Branca, a Dilecta fez a pergunta.** A Asa Branca fica na Assis Brasil, era uma antiga olaria com o canal lá no fundo e os próprios empregados foram ocupando a área. O DEMHAB fez uma intervenção, na época, e auxiliou as famílias a entrarem com o usucapião. Recentemente o Prefeito, e a Dr^a Mercedes agilizou muito esses processos, entregou aproximadamente 50 títulos de propriedade na Asa Branca, numa parte da área. O DMAE fará uma intervenção, está realizando várias substituições de cano, e vai promover, junto com o DEP, uma drenagem para poder manter as famílias ali. Houve incidência de hepatite, na escola tem um posto de saúde, vai ser liberada uma área específica para o posto de saúde, estão sendo modificadas algumas casas e a creche vai permanecer onde está. É uma ação da Governança, ali na Asa Branca. Era isto. **JUNINHO (Coordenador):** Temos mais 12 pessoas inscritas e já passamos do nosso horário regimental. Consulto o plenário se prorrogamos a reunião por mais 15 minutos ou se marcamos uma agenda para o próximo mês com o DEMHAB. Vou colocar em votação a prorrogação da sessão. Os conselheiros que aprovam a prorrogação se manifestem levantando a mão. (Pausa) **8 votos favoráveis; 11 votos contrários.** Estão encerrados os trabalhos.

Juarez Melo da Silva Junior - Juninho
Secretário Executivo do Conselho do Orçamento Participativo
UOP / PMPA - mat.15.993-9
✉ juninho@dmlu.prefpoa.com.br
☎ (51) 32893654-3661-3662 / 81695724